

mais

# Paulo Portas

## “Os novos diplomatas vão ter de estagiar em empresas”

Os Negócios Estrangeiros vão ser cada vez mais economia. “Um diplomata não substitui um comercial, mas têm de estar coordenados”, diz Portas. Sobre o governo, o partido, Passos, “agora não”

Texto: Miguel Pacheco  
Foto: Diana Quintela

Foram duas semanas a gerir silêncios. Primeiro, o Orçamento e a carga fiscal: Enorme para Gaspar, terrível para o CDS. Com o governo tremido, Portas esperou e só falou quando quis. Pelo meio tinha outro ponto na agenda: o vinho. Na terça, o ministro tinha uma boa notícia. O Brasil desistiu de um imposto que acabaria com 29 milhões em exportações portuguesas. Se avançasse com a reforma que discutiu nos últimos meses, cada litro de vinho importado pagaria 55% de imposto. Conscientes de que isso seria o fim das exportações portuguesas, Lisboa e Bruxelas tentaram travar o imposto e conseguiram. “Foi uma vitória diplomática”, diz Portas. A taxa, mesmo alta, continua em 27%, o suficiente para o ministro respirar de alívio.

Na quinta-feira, já depois do anúncio e da primeira conferência de imprensa sobre o Orçamento, era essa a vitória no convite do ministro dos Negócios Estrangeiros para uma conversa com o Dinheiro Vivo. Sobre vinho e diplomacia económica, sobre as prioridades do ministério. Quanto ao resto, “não quero agora estar a falar, vamos cingirmos a estes temas”. Sem política, sem Passos, sem partido. Portas em versão *redux*.

### Vinho, imposto, Brasil

“Portugal correu dois riscos nesta negociação do vinho. O primeiro era a taxa alfandegária. O segundo era ser estabelecida uma quota que limitasse o crescimento das exportações”. Felizmente, o consumidor brasileiro irritou-se. Nas redes sociais, nos jornais. Queriam vinho importado. E as 200 mil caixas de Periquita, o favorito.

“Houve uma reação saudavelmente negativa dos consumidores brasileiros”, diz Portas. E Brasília recuou. Com argentinos e chilenos a ocuparem 60% do mercado, o governo vai apostar agora na produção interna, mantendo a liberdade nas importações. O mesmo para o azeite, que esteve em risco quando o Brasil contestou a certificação das marcas nacionais. “Representa um volume de exportações ainda maior do que o do vinho – 111 milhões/ano. Temos 56% do mercado no Brasil.”

Portas é cauteloso com as exportações. Diz que é mais trabalho das empresas e que o Estado só deve sair da frente. “Os governos ou são amigos ou são burocráticos. Têm a obrigação de criar condições”, não de atrapalhar. “Eu não reivindico para o poder político os 9% de crescimento das exportações num ano em que a economia contrai 3%.”

A recessão. Tem sido o espinho de Portas na equação de Gaspar. Nas semanas críticas da coligação, já depois do “enorme” aumento



Paulo Portas no seu gabinete no Palácio das Necessidades.

fiscal anunciado pelo ministro das Finanças, várias vezes no CDS protestaram contra a falta de espaço para adaptar este Orçamento na especialidade. João Almeida, Adolfo Mesquita Nunes, o PP revirou-se em críticas contra um Orçamento que desdizia a carta de Portas aos militantes em julho: “O nível de impostos já atingiu o seu limite.”

Nem a ideia de IRC a 10% para as empresas entre três e cinco milhões de euros – divulgada por Álvaro Santos Pereira esta semana – merece grande comentário. “Face à situação de assistência financeira

em que Portugal se encontra, tudo o que se possa fazer para promover a competitividade da nossa economia no plano fiscal é bem-vindo.” Há restrições à política fiscal enquanto a *troika* cá estiver, continua Portas, mas é pelo MNE e pela Economia que passam os descontos fiscais a empresas que queiram investir em Portugal. “Tudo o que se puder fazer para promover investimento, faremos.”

E a *troika* é sensível a isso? Dá espaço de manobra, pergunto. Portas evita, responde com números. “Há duas coisas que estão a acontecer